

O lugar da teoria na historiografia brasileira: balanço, limites e possibilidades

Fábio Franzini*

Resumo: Nos últimos anos, a reflexão teórica acerca da História tem ganho espaço cada vez maior entre os historiadores brasileiros. Concretizada sob diversas formas, tal reflexão, bem como os esforços a ela associados, podem ser vistos como um significativo indicador do amadurecimento de nossa historiografia, que já não mais se limita à habitual (e necessária) coleta e análise de dados. O propósito desta comunicação, assim, é discutir algumas questões gerais a respeito da teoria da História, a sua situação no Brasil hoje e, sobretudo, a sua importância como um dos elementos definidores da identidade do historiador.

Palavras-chave: teoria da História; teoria da História no Brasil; historiografia brasileira.

Abstract: In the last years, the theoretical reflection about History conquered space among the Brazilian historians. That reflection and its associate efforts express a significant trace of the maturity of our historiography, which does not limit itself on the habitual (and necessary) data collection and analysis. The purpose of this communication is to discuss some general questions above theory of History, its situation in Brazil today and its important role to define the historian's identity.

Keywords: theory of History; theory of History in Brazil; Brazilian historiography.

Há exatos trinta anos, em uma aula inaugural no Birkbeck College da Universidade de Londres, a fina ironia de Eric Hobsbawm o levou a afirmar que, “no curso do último século ou dois, a história não foi uma disciplina que exigiu grandes faculdades intelectuais”. Desde então, não foram poucas as mudanças pelas quais passou, e continua a passar, o nosso campo; ainda assim, a blague, lida hoje, não deixa de nos provocar um sorriso de canto de boca, constrangido e um tanto esmaecido.

Como o próprio Hobsbawm esclarecia na seqüência, isso não queria dizer que fôssemos menos inteligentes, ou menos brilhantes, que os demais cientistas sociais, nem que nossa produção dispensasse o “alto grau de cerebralismo” que ele conseguia detectar em “determinados tipos de história” já naquele momento. O fundamento de sua afirmação estava, em suas palavras, numa certa “hostilidade para com a teoria e a generalização, que caracterizou grande parte da história acadêmica ortodoxa no longo período em que foi dominada pela tradição do grande Ranke” (HOBSBAWM, 1998:70) – hostilidade que, poderíamos completar entre parênteses, ecoou também sobre uma historiografia não tão ortodoxa assim, a qual não deixou de padecer, no século XX, dos efeitos de um “positivismo

* Professor do curso de História da Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, *campus* Guarulhos. Doutor em História Social pela FFLCH-USP.

inercial” (MARTINS, 2006). Justamente por isso, sempre de acordo com Hobsbawm (*idem:ibidem*), seria “até certo ponto possível uma pessoa fazer uma grande contribuição e – não inteiramente igual – reputação em história armada de pouco mais que uma capacidade para trabalho muito árduo e certa engenhosidade de detetive”.

Tanto a nossa resignação quanto o nosso constrangimento diante de tais afirmações demonstram que elas ainda não perderam de todo a sua validade, seja no que diz respeito à hostilidade (senão aversão) à teoria, seja no que se refere ao predomínio da dimensão “prática”, por assim dizer, do nosso ofício – dois lados de uma mesma moeda, por certo. Não por acaso, é fácil encontrarmos lamentos semelhantes aos de Hobsbawm em escritos posteriores de outros historiadores, pertencentes a culturas historiográficas as mais diversas: é o caso, para tomar um exemplo significativo, de Jacques Le Goff em suas *Reflexões sobre a História*, de 1982 (LE GOFF, 1986:81, *passim*); ou, mais próximo a nós, de Keith Jenkins, que, na introdução a seu livro *A História Repensada*, assim se refere ao cenário inglês do início da década de 1990, quando a obra foi originalmente publicada:

Quando você vai a uma livraria acadêmica e inspeciona as prateleiras ocupadas por textos de filosofia, encontra uma vasta gama de obras nas quais o arroz com feijão é o problema dos fundamentos e dos limites do que se pode saber e do que se pode fazer ‘filosoficamente’: textos de ontologia (teorias do ser), epistemologia (teorias do conhecimento) e metodologia; textos sobre ceticismo, linguagem e significado, tipos de análise (idealista, materialista, realista, fenomenológica) e assim por diante. Depois, indo às prateleiras de livros sobre literatura, você depara com uma seção exclusiva de teoria literária (além de uma seção de crítica literária). Lá se acham textos com interpretações marxistas e feministas, análises freudianas e pós-freudianas; sobre desconstrucionismo, teoria crítica, teoria da recepção e intertextualidade; sobre poética, narratologia, retórica, alegoria etc. Mas então você chega ao setor de história. Quase certamente, não há uma seção de teoria da história (até mesmo a expressão parece esquisita e canhestra, indicando falta de familiaridade). O que existe é apenas o já mencionado [Geoffrey] Elton [autor de The Practice of History] e outros, discretamente escondidos em meio às cerradas fileiras dos livros de história. Com sorte, você talvez encontre um ou outro exemplar de Bloch, Collingwood ou Geyl [...] e, com mais sorte ainda, um Foucault ou um Hayden White ‘recente’. Em outras palavras, ao ter-se movido uns poucos metros, você atravessou uma grande diferença de gerações, indo de textos muito recentes e ricos em formulações teóricas para obras sobre a natureza da história que foram produzidas há trinta anos, ou, no caso de Bloch e seus contemporâneos, durante as décadas de 1930 e 1940 (JENKINS, 2007:18-19).

Um parêntese provocativo, cujo tema será retomado adiante: se nos transportarmos mentalmente dessa livraria inglesa dos anos 90 para uma boa livraria do Brasil de hoje (viagem tão tentadora quanto inevitável), o que encontraremos? Com toda a certeza, um cenário ainda mais desolador, no qual nem um Hayden White já nem mais tão “recente” –

pensemos em seu livro *The Content of the Form*, de 1987 – pode ser encontrado, e não por questão de “sorte”...

Voltando a Jenkins, a conclusão a que ele chega não poderia ser diferente: a despeito de reações notáveis a tal indigência, de modo geral “os historiadores vigorosamente práticos demais ainda fogem de discursos teóricos, e decerto os textos ocasionais sobre teoria da história não exercem pressão com o mesmo grau de intensidade que muitos textos de teoria literária, por exemplo, têm sobre o estudo da literatura”. Nenhuma novidade nisso, como sabemos; o autor, no entanto, se encarrega de dar outra direção ao pessimismo, afirmando que, não obstante a aparente tibieza teórica da nossa disciplina, “pode-se muito bem dizer que esse é o caminho [o da teoria] que a história deverá trilhar se quiser ‘modernizar-se’” (*idem*:20), isto é, se quiser refinar-se epistemologicamente.

A seu modo, Jenkins amplifica e desdobra as preocupações de Hobsbawm, Le Goff e tantos outros, e é difícil deixar de concordar com ele. Caberia apenas uma pequena, porém crucial, ressalva à sua fala: ao que parece, o caminho teórico não se abre como uma “opção” aos historiadores, mas como uma *necessidade* – uma necessidade decorrente dos questionamentos dirigidos à nossa disciplina nas últimas três ou quatro décadas por historiadores e não-historiadores de diferentes quadrantes, que geraram uma situação caracterizada nos anos 1990 como a “crise da História”. A teoria seria, assim, o único caminho possível para fugir a tal crise e, sobretudo, a seus impasses, uma espécie de antídoto ao veneno lançado tanto de fora quanto até mesmo de dentro do próprio campo historiográfico.

Se assim o é, uma questão se impõe: *como* a teoria da História pode se prestar a isso? Para respondê-la, há que se passar, necessariamente, por uma definição de “teoria da História”. Como observou Keith Jenkins na passagem acima citada, a própria expressão parece esquisita e canhestra. Provavelmente porque a palavra “teoria” evoque, no senso comum, algo como um sistema de princípios e regras para explicar um determinado objeto posto em questão, envolvendo conceitos e leis, esta palavra que há muito causa horror e repugnância aos historiadores. Em termos mais simples (senão simplistas) e diretos, um conjunto “pré-moldado” de referências, “pronto” a ser “aplicado” à análise – e é evidente que uma perspectiva assim não cabe à História, nem às Ciências Humanas de forma geral, muito embora, como já escreveu Ginzburg,

a orientação quantitativa e antropocêntrica das ciências da natureza a partir de Galileu colocou as ciências humanas num desagradável dilema: ou assumir um estatuto científico frágil para se chegar a resultados relevantes, ou assumir um estatuto científico forte para se chegar a resultados de pouca relevância (GINZBURG, 1989:178).

Desse modo, uma nova pergunta poderia despontar: até que ponto faz sentido falar em uma “teoria da História”? De saída, é crucial notar que “teorizar é, em si, um ato de inquietação” (SILVA & SILVA, 2005:396), o que faz com que a teoria da História deva ser entendida, primeiro, como uma inquietação perante a produção dos discursos sobre o passado e aos elementos que a presidem. Uma inquietação que, ao levar o historiador ao exame de tais discursos e elementos, o obriga a refletir sobre sua própria prática e sobre seu próprio ofício. Desdobrando essa definição inicial, a teoria da História se mostra, como já escreveu Estevão de Resende Martins, como:

uma vertente da epistemologia das ciências sociais, que se constrói a partir da experiência acumulada de pesquisa empírica na historiografia. Inclui, pois, o inventário analítico dos pressupostos que orientam a pesquisa histórica (mesmo quando importados de outras especialidades), a sistematização crítica dos procedimentos adotados nas diversas áreas de aplicação da pesquisa e a crítica dos resultados obtidos, à luz da composição das duas outras variáveis. A teoria da História é, pois, indispensável a história da historiografia. A teoria e a história da História necessitam, em conjunto, levar em consideração, ademais, duas outras questões relevantes, pois sem elas a prática da história seria ou impossível ou ininteligível. De um lado, analisa-se, por meio dos instrumentos metódicos da história social e cultural, as instituições da especialidade (também chamada de corporação profissional). De outro lado, a história das circunstâncias políticas, sociais e culturais sob as quais surgiu, se definiu e se consolidou a profissão de historiador necessita ser conhecida e dissecada, pois não ficou sem conseqüências sobre o entendimento mesmo da história como ciência (MARTINS, 2006).

Assim, sem se reduzir ou confundir-se com a história da historiografia e a metodologia da História, mas também sem delas prescindir – muito pelo contrário –, à teoria da História cabe, em síntese, promover “o pensar sobre o pensamento histórico” (RÜSEN, 2001:15). É exatamente esse movimento que define o ponto fulcral da *identidade do historiador*: a compreensão do que fazemos, do nosso lugar e do nosso papel no campo das Humanidades, do que somos intelectual e profissionalmente, enfim. E é exatamente desse modo que a teoria da História pode funcionar como antídoto à chamada “crise da História”, bem como a outros questionamentos tanto internos quanto externos à disciplina, à medida que oferece aos historiadores a clareza sobre os fundamentos e sobre a legitimidade de nosso ofício, o qual, desnecessário dizer, vai muito além do mero “contar histórias”.

Todas essas considerações podem soar óbvias, e de fato talvez sejam, mas se mostram importantes para esboçar as características da discussão teórica sobre a História no Brasil, e

assim perceber seus limites e suas possibilidades. De saída, é forçoso lembrar do pioneirismo de José Honório Rodrigues, que já em fins da década de 1940, em seu *Teoria da História do Brasil*, chamava a atenção dos historiadores brasileiros para a importância da reflexão com advertências como: “a história não possui a unidade de um sistema filosófico, mas contém uma conexão própria, que deve ser buscada. É aí que a teoria ilumina o caminho”. Ou então, ao afirmar que “a crise contemporânea da história não é metodológica; é filosófica, é teórica” (RODRIGUES, 1978 [1949]). No entanto, sem menosprezar a importância de tais advertências e os esforços de outros autores, demoraria ainda meio século para que a atenção à teoria se configurasse de modo mais sistemático e sólido entre nós. Somente a partir da década de 1990 é que se passa, efetivamente, a se valorizar o espaço da reflexão, como assim definiu Carlos Fico:

alguns periódicos, por exemplo, além de publicar artigos espontaneamente encaminhados, estimulam o debate, a partir de comentários de diversos autores sobre um texto ou um tema; teses e dissertações de análise historiográfica já são admitidas em alguns programas de pós-graduação, rompendo o tabu dos que, distinguindo a História da Historiografia, desvalorizavam esta última; historiadores brasileiros de renome se debruçam sobre questões teóricas e historiográficas, valorizando o debate com sua experiência de pesquisa empírica. Enfim, aquilo que, durante muitos anos, foi apontado como característica da História brasileira – a ausência de reflexão sobre a disciplina – deixa aos poucos de existir (FICO, 2000:38).

Desde então, pode-se acrescentar aos indicadores apontados pelo autor o desenvolvimento de grupos de discussão teórica e historiográfica nos encontros da Anpuh, tanto regionais como nacionais; o surgimento de espaços institucionais voltados para discussões correlatas, como é caso do Núcleo de Estudos em História da Historiografia e Modernidade, estabelecido na Universidade Federal de Ouro Preto; a organização e a realização de grupos de pesquisa, seminários, encontros, simpósios específicos, ou então associados a estudos de história da historiografia. Estes e outros movimentos, mais pontuais, indicam assim que a reflexão sobre a disciplina não apenas deixa aos poucos de existir entre nós, como dissera Fico; mais importante, ela se converte num aspecto talvez inescapável da produção do conhecimento histórico no Brasil dos últimos anos.

Nem tudo, porém, é animador nesse cenário, como demonstram algumas situações bem conhecidas. Uma delas nos leva de volta àquela fictícia livraria mencionada a propósito da citação de Keith Jenkins, para lembrar a grande carência de títulos na área de teoria da História disponíveis em português, em especial nos catálogos das editoras nacionais. E não só no que se refere às publicações das últimas duas ou três décadas, como se poderia pensar, mas

também aos clássicos, cuja leitura é tão fundamental para a formação do historiador quanto o acompanhamento dos debates atuais; nesse sentido, conhecemos pouco, ou mal, tanto Hayden White quanto Ranke, para citar apenas dois nomes significativos. Obviamente, espera-se que, como historiadores profissionais, sejamos capazes de ler em outros idiomas e, assim, não ficarmos reféns, dentre outras coisas, das demandas e dos interesses do nosso mercado editorial. Isto em geral acontece, mas, efetivamente, não é disso que se trata: embutida na questão das traduções está a do acesso aos textos considerados importantes para a área da Teoria da História – e isto, inegavelmente, ainda é um sério problema.

Outro problema deriva-se da histórica francofilia da historiografia brasileira. Como já apontou Francisco Falcon, a forte influência da historiografia francesa, em especial a dos *Annales*, por muito tempo, fez (ou faz) com que outras tradições historiográficas sejam pouco conhecidas entre nós, ou então difundidas apenas em pequenos círculos. Em suas palavras:

Tradição de um lado, desconhecimento de outro, mas, acima de tudo, os contatos continuados e intensos com a historiografia francesa, são provavelmente os responsáveis pela consolidação, entre nós, da idéia de que existe uma unidade mais ou menos “natural”, intrínseca, nesse conjunto que denominamos de panorama historiográfico contemporâneo. De facto, muitos dentre nós se tornaram um tanto ou quanto impermeáveis à idéia mesma de diversidade historiográfica, não sendo exatamente casos excepcionais os daqueles que acreditam mui ingenuamente que tudo aquilo que existe ou pode existir de importante, válido e, acima de tudo, “novo”, em termos de trabalho historiador, se contém necessariamente na produção historiográfica francesa que descende dos “Annales” e se apresenta na atualidade sob o rótulo de “Nouvelle Histoire”. [...] (FALCON, 1994:355-356).

Não é difícil perceber como o apego a um único modelo de produção historiográfica, por mais facetado que seja, como é o caso, prejudica a reflexão teórica: de modo geral, pouco conhecemos a historiografia norte-americana para além de Darnton (que, aliás, nos chega muito mais pela sua proximidade aos *Annales* que por qualquer outra razão); pouco discutimos a historiografia italiana para além de Ginzburg (personificação um tanto equivocada da *microstoria*); pouco, ou nada, sabemos da historiografia alemã para além de Koselleck, ele mesmo, num certo sentido, “recém-chegado” a estes trópicos. Por que isto seria importante? Porque, como diz Falcon, considerar a pluralidade da produção historiográfica “significa, para nós, historiadores, estarmos bem conscientes da existência de formas ou maneiras variadas de se escrever/produzir a história; significa, portanto, que há outros modos de conceber o ‘ofício historiador’” (*idem*:356).

Por fim, há que se notar que o nível do debate teórico entre nós não raro deixa muito a desejar em termos de substância. Em larga medida isto se deve aos problemas acima apontados, certamente; mas há também a influência, ou permanência, nociva daquilo que

Durval Muniz de Albuquerque Junior, em texto muito corajoso, chamou “traços distintivos de nossa cultura historiográfica, ou, por que não dizer, de nossa cultura acadêmica”, assim desenhados por ele:

Um dos traços marcantes, em boa parte dos textos que se propõem a avaliar o estado da arte no campo historiográfico em nosso país é a abusiva adjetivação. Em grande medida, as análises que se fazem das obras ou de dadas correntes historiográficas não são feitas em termos substantivos, isto é, não estabelecem um diálogo com os conceitos, com os pressupostos, com a metodologia que estruturam as obras analisadas, não dialogam com o pensamento do autor ou com as conclusões a que chegou em sua pesquisa, mas procuram desqualificar a obra ou o autor brandindo contra ele meia dúzia de adjetivos, que pretensamente o localizam no debate historiográfico e avaliam o valor de sua contribuição. Termos como pós-modernos, conservadores, neoconservadores, idealistas, populistas, ideológicos, irracionaisistas, narrativistas, reacionários, de direita, perspectivistas, ultrapassados, marxistas, realistas, racionalistas, são brandidos sem que nunca sequer se discuta o que significam, como se fossem auto-evidentes ou se houvesse consenso sobre seus significados, sendo usados, portanto, como meras pechas desqualificadoras [ou qualificadoras, dependendo da situação] que, ao invés de instaurarem o debate, o desestimulam de saída (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006:192).

Apesar dos riscos inerentes à generalização, a situação descrita por Albuquerque Júnior é real, sem dúvida, e é desnecessário repetir o quanto ela é deletéria. O quadro serve, entretanto, para a retomada da idéia da teoria como antídoto, uma vez que a melhor – senão única – forma de fugir aos rótulos “auto-evidentes” é mergulhar no exame crítico de seus pressupostos, de seus fundamentos. E não é em outro lugar que residem as possibilidades mais fecundas de renovação, ampliação e refinamento da historiografia brasileira, especialmente à medida que as discussões teóricas se disseminarem por todas as suas vertentes.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. “O historiador *naïf* ou a análise historiográfica como prática de excomunhão”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). *Estudos sobre a escrita da História*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006. p. 192-215.

FALCON, Francisco. “Historiografia contemporânea (Alguns problemas e aspectos das relações entre a ‘crise da modernidade’ e a história contemporânea)”. *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, série II, v. 11, 1994, p. 353-376.

FICO, Carlos. “Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90”. In: GUAZZELLI, César Augusto Barcellos *et alii* (orgs.). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. p. 27-40.

GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”. In: _____. *Mitos, Emblemas, Sinais*. Morfologia e História. Trad. Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HOBSBAWM, Eric. “A História progrediu?” In: _____. *Sobre História: Ensaios*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JENKINS, Keith. *A História Repensada*. Trad. Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2001.

LE GOFF, Jacques. *Reflexões sobre a História*. Trad. António José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1986.

MARTINS, Estevão de Rezende. “História e teoria na era dos extremos”. *Fênix – Revista de História e Estudos Culturais*. V. 3, Ano III, n. 2, Abril/Maio/Junho de 2006. <www.revistafenix.pro.br>

RODRIGUES, José Honório. *Teoria da História do Brasil*. Introdução Metodológica. 5. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Teoria da História: Os Fundamentos da Ciência Histórica. Trad. Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora UnB, 2001.

SILVA, Kalina Vanderlei & SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto: 2005.